

CARTAS E AMOR PARA ALÉM DA ESCRAVIDÃO: UM DIÁLOGO COM ISAAC FORMAN, JUANA DE LA PÁTRIA E ESPERANÇA GARCIA

LETTERS AND LOVE BEYOND SLAVERY IN: A DIALOGUE WITH ISAAC FORMAN, JUANA DE LA PATRIA AND ESPERANÇA GARCIA

CARTAS Y AMOR MÁS ALLÁ DE LA ESCLAVITUD EN: DIÁLOGO CON ISAAC FORMAN, JUANA DE LA PÁTRIA Y ESPERANÇA GARCIA

Francilene Brito da Silva
Universidade Federal do Piauí
E-mail: artlenha@ufpi.edu.br
<https://orcid.org/0000-0001-9655-6633>

Mailsa Carla Pinto Passos
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
E-mail: mailsappassos@maill.com
<https://orcid.org/0000-0003-1204-4505>

RESUMO

Nosso objetivo com este artigo é discutir três cartas de pessoas escravizadas: Isaac Forman, um homem escravizado na América do Norte, Juana de La Pátria e Esperança Garcia, mulheres escravizadas na América do Sul. Questionamo-nos sobre qual o caráter responsivo destes discursos; quais responsabilidades evocam essas cartas ao ponto de nos provocar a reler o conceito de amor e de escravidão nas Américas. Para tanto, nos debruçamos sobre as missivas, transcrevendo-as, observando suas imagens e tipos de escrita, trazendo argumentos e contra-argumentos sobre estas responsabilidades-responsabilidades e amorosidades (BAHKTIN, 2003; hooks¹, 2020), bem como, argumentando em relação aos elementos extralinguísticos, estabelecendo desta forma um diálogo entre as três cartas. Os resultados desse processo tornaram possível uma estrutura de acabamento textual em cinco atos: Sobre a escravidão nas Américas; Sobre Cartas e responsabilidades-responsabilidades; Isaac Forman, Juana de La Pátria; Esperança Garcia e Amor-coletivo.

¹ Gloria Jean Watkins escolheu o codinome “bell hooks” para si. A escritora-pesquisadora estadunidense preferia que o escrevêssemos em caixa baixa mesmo, por questões crítico-sociais de autoria, dentro de uma academia ainda classista-racista-machista.

Concluimos que a escravidão, mesmo com todo investimento realizado para o processo de desumanização, não nos fez perder o que há de precioso em nossa humanidade.

Palavras-chave: Cartas. Escravidão. Amor e Responsabilidade. Humanização. Linguagem e Escravidão.

ABSTRACT

This article main objective was to discuss three letters from enslaved people in the Americas: Isaac Forman, a man from North America; and, Juana de La Pátria and Esperança Garcia, both enslaved women from South America. We wonder about the responsive character of these discourses; what responsibilities these letters evoke to the point of provoking us to reread the concept of love and slavery in the Americas. To do so, we focus on the missives, transcribing them, observing their images and types of writing, bringing arguments and counter-arguments on these responsiveness-responsibilities and lovingness (BAHKTIN, 2003; hooks, 2020), as well as provoking us about the extra-linguistic historical elements assumed in the incompleteness of these writings. The results of this process made possible a textual finishing structure in five acts: On Slavery in the Americas; About Letters and Responsibilities-Responsiveness; Isaac Forman, Juana de La Pátria; Esperança Garcia; and, Love in its collective form. We conclude that slavery with all the investment made in a dehumanization process, did not make us lose what is really matters, and remains precious, in our humanity.

Keywords: Letters. Slavery. Love and Responsibility. Humanization. Language and Slavery.

RESUMEN

Nuestro objetivo con este artículo era discutir tres cartas de personas esclavizadas, Isaac Forman, un hombre esclavizado en Norteamérica, Juana de La Pátria y Esperanza García, mujeres esclavizadas en Sudamérica. Nos preguntamos cuál es el carácter responsivo de estos discursos; qué responsabilidades evocan de las cartas hasta el punto de provocarnos una relectura del concepto de amor y esclavitud en las Américas. Para ello, nos fijamos en las misivas, transcribiéndolas, observando sus imágenes y tipos de escritura, aportando argumentos y contraargumentos sobre estas responsabilidades-responsabilidades y amorosidades (BAHKTIN, 2003; hooks, 2020), así como provocándonos sobre los elementos históricos extralingüísticos que se presumen en la inacababilidad de estos escritos. El resultado de este proceso hizo posible una estructura de acabado textual en cinco actos: Sobre la esclavitud en América; Sobre las cartas y las responsabilidades-Responsabilidades; Isaac Forman, Juana de La Pátria; Esperanza García y Colectivo-Amor. Llegamos a la conclusión de que la esclavitud, como proceso deshumanizador, no nos hizo perder lo valioso de ser personas.

Palabras clave: Cartas. La esclavitud. Amor y Responsabilidad. Humanización. Lengua y esclavitud.

Sobre Escravidão nas Américas.

Posteriormente, as ciências, benditas sejam, encontrariam a explicação científica para os meus males, decretando a minha inferioridade natural em relação a outros humanos, constatada pela medição de meu cérebro certificadamente incapaz para a atividade intelectual; pela avaliação de minhas produções culturais, perceberam a minha insuficiente capacidade de autogoverno, e autodeterminação; notaram a ausência, nas sociedades das quais sou originária, de formas de organização social reconhecíveis como tal; identificaram minha ignorância cujo atestado é a inexistência de escrita para registrar os meus feitos (sendo esses hoje desconhecidos para mim como para ti) e revelaram meu estágio primitivo pelos fetiches que adoro que não alcançam o sentido da verdadeira religião. (Sueli Carneiro²).

Esta mesma ciência nos instiga a buscar nossa liberdade quanto aos rótulos que “provaram” arbitrariamente: inferioridades, incapacidades, insuficiência, ausências, ignorâncias, inexistências e primitivismos. As cartas, longe de serem aqui elementos distantes da ciência, nos ensinam a fazer ciência implicada com a vida e a responsável arte de existir e ser livre.

Sendo a(s) América(s) um continente fruto de uma Europa (colonizadora), que só existe no plano de realização subalterna daquele, pautada em um sistema em que a diferença (o fato de ser negro, africano, indígena) se tornou a própria desigualdade (escravizado, subalterno, inferior), a escravidão foi o grande feito colonial e moderno. No sistema escravista das Américas, ser negro ou de sangue com ancestral negro passou a ser um marcador identitário de desigualdade gerador de desumanidades. “Nesta perspectiva, um indivíduo não *está* escravo, ele *é* escravo.” (BARROS, 2008, p. 06).

Este mesmo sistema se beneficiou do que a própria Europa chamou de África. Um continente com diversos povos (assim como nas Américas), antes com suas histórias e diferenças. Muitos desses povos viviam também em conflitos anteriormente à escravidão, inclusive nos períodos em que Isaac Forman, Juana de La Pátria e Esperança Garcia viveram. O primeiro, nos Estados Unidos, a segunda no

² Este trecho faz parte de uma Introdução escrita por Sueli Carneiro e está disponível em: <https://elaseistem.files.wordpress.com/2020/05/tese-sueli-carneiro-20-25-1-2.pdf>. Acesso em: 06 set. 2022. Sem mais referências.

Uruguai e na Argentina – após um naufrágio do qual a essa mulher africana foi vítima - e a terceira, no Brasil. Suas cartas datam de 1854, 1819 e 1770, respectivamente.

As rivalidades africanas, bem como, os modos de escravidão nelas existentes, foram também motivos cínicos para a própria escravidão ser defendida (ainda hoje) como um sistema desumanizador nas Américas e em África. O fato é que as rivalidades étnicas em terras, agora chamadas africanas, não acabavam devido ao cativeiro no Brasil ou nos Estados Unidos. Em termos gerais, estar estrangeiro e escravizado não nos instiga a identidade-identificação de “irmãos”, já que isso não era negociável para a liberdade dentro da senzala, por exemplo, no Brasil. Visto que, ao chegar aqui, as pessoas que tinham parentesco eram separadas em lugares distantes; a condição de escravidão (esta que foi um Crime de Humanidade) as obrigavam a buscar condições de sobrevivência. Castigos, prisões e mortes, bem como, promoções em cargos de comando-vassalagem, tipos de escravizados etc., os levavam a grandes disputas, mesmo se não considerarmos as rivalidades étnicas locais-originais. A liberdade e a conquista na modernidade escravista nos levaram a ser uma sociedade de rivalidades e não de amor-coletivo e irmandade-responsabilidade. Porém, os quilombos, as revoltas, as festas, os cultos foram lugares de união estratégicas para os diferentes tipos de etnias e para os nascidos nas colônias. Nesse contexto de contradições e complexidades (REIS, s/d), as cartas nos ensinam algo para além da escravização criminoso do sistema eurocentrado.

Nunca é demais lembrar aquilo para o que Darcy Ribeiro (1995) nos chamou a atenção em um de seus capítulos, “Moinhos de Gastar Gente”:

Descendentes de escravos e de senhores de escravos seremos sempre servos da malignidade destilada e instalada em nós, tanto pelo sentimento da dor intencionalmente produzida para doer mais, quanto pelo exercício da brutalidade sobre homens, sobre mulheres, sobre crianças convertidas em pasto de nossa fúria. A mais terrível de nossas heranças é esta de levar sempre conosco a cicatriz de torturador impressa na alma e pronta a explodir na brutalidade racista e classista. Ela é que incandesce, ainda hoje, em tanta autoridade brasileira predisposta a torturar, seviziar e machucar os pobres que lhes caem às mãos. Ela, porém, provocando crescente indignação nos dará forças, amanhã, para conter os possessos e criar aqui uma sociedade solidária. (RIBEIRO, 1995, p. 119-120).

Em outro aspecto, do que entendemos como africano, Sobonfu Somé (2007) nos apresenta sua experiência em África para além do empreendimento moderno-colonial-capitalista. Ela fala de um amor como intimidade. Este é trazido em sua obra como uma canção do espírito. Essa experiência parece não ter se perdido de todo nas Américas. Ela relata que importa “ver o relacionamento como algo movido pelo espírito e não pelo indivíduo” (SOMÉ, 2007, p. 19), esta centelha espiritual se conecta com a pessoa individual, o casal (relação) e o coletivo. Aqui devemos lembrar que a ancestralidade também é espiritual. Deste modo, nossos relacionamentos são também união de espíritos que comungam de uma profunda experiência de maturidade cada um(a) – isto provoca uma mudança comunitária. A intimidade é parte da experiência comunitária.

Nesse sentido, existiram experiências nas Américas como as Irmandades Religiosas no Brasil, as Religiões de Matrizes Africanas em toda a América e as Religiões Pentecostais nos Estados Unidos, serviram de rede de apoio coletivo em prol da libertação de escravizados, da alfabetização e outras conquistas (PROJETO QUERINO, 2022).

Numa sociedade, fruto do sistema escravista-moderno-capitalista, a leitura e a escrita se tornaram algo insólito e inimaginável para negras e negros da afrodiáspora. As cartas aparecem como elementos de desobediência epistêmica com a possibilidade de “desnaturalizar a construção racial e imperial da identidade no mundo moderno” (MIGNOLO, 2008, p. 289), são o próprio uso da máquina tecnológica colonial-escravista para solapar este sistema imperialista. Neste, as mulheres assumem protagonismo ímpar.

Em “Histórias das diferenças e das desigualdades revisitadas: notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação” (PAIXÃO e GOMES, 2012) podemos ainda escutar ecos das ações dessas mulheres, bem como as respostas atuais.

[...] tanto nas [sociedades] africanas como na Diáspora, as mulheres eram conhecidas por sua força e poder espiritual, e elaboraram formas de enfrentamento, contrariando a ideia de que aceitavam a dominação com passividade. Uma das bases de poder verificava-se na luta pela manutenção da família negra, quando as mulheres agiam na proteção da integridade física e psicológica de seus filhos e companheiros, e até de toda a comunidade da qual faziam parte. [...] Em um mundo cercado de opressão tais mulheres construía ambientes de autoestima e se tornavam decisivas, por exemplo, para viabilizar fugas ou obter informações a respeito de vendas e transferências indesejáveis. [...], elas foram os primeiros agentes da emancipação das comunidades afrodescendentes na Diáspora. (p. 298).

Ainda assim,

Em 2006, o rendimento médio mensal real do trabalho principal dos homens brancos em todo o país equivalia a R\$ 1.164,00. Esse valor, no mesmo ano, era 56,3% superior a mesma remuneração obtidas pelas mulheres brancas (R\$ 744,71), 98,5% superior à auferida pelos homens pretos e pardos (R\$ 586, 26) e 200% à recebida pelas mulheres pretas e pardas R\$ 388, 18). O que esse conjunto de indicadores revela é que a inserção das mulheres negras no mercado de trabalho é nitidamente pior do que os demais contingentes. (p. 310).

Como nos alerta Ribeiro (1995), ainda sofremos as dívidas da herança escravista. Quantas Juanas da La Pátria e Esperanças Garcias nos mostram hoje as desigualdades sofridas e silenciadas pela ciência-sociedade? Mas, também, quantos Formans nos aparecem na linha abissal destas desigualdades? Cartas podem então mostrar o quanto somos responsáveis por mudanças que nos atingem diante do passado memoriado nelas.

Sobre Cartas e Responsabilidades

A carta é uma modalidade textual bastante antiga e cotidiana na qual a relação dialógica se estabelece para além das interações linguísticas (BAKHTIN, 2003). Uma carta é escrita frequentemente em primeira pessoa e evoca um outro – o que é observável inclusive pelo fato de existir sempre um vocativo – porém, em uma carta há sempre mais. Há uma intensa produção de sentidos, de presumidos e de não-ditos, que podem ser tão eloquentes quanto o que está explicitado no que foi enunciado. Aqui para este artigo são precisamente as relações extralinguísticas que nos interessam.

No texto de uma carta é possível se reconhecer como muitas vozes ecoam no enunciado, reconhecer tempos que se desdobram e que dialogam – o momento em que ela é escrita, o momento em que é lida, a forma como está carregada de uma memória e de um passado, a maneira como ecoa para as gerações futuras.

O destinatário da carta de certa forma está bastante presente no texto. A direção social é um leitor, a quem o remetente se dirige e com quem ele se coloca em diálogo, um leitor específico, vinculado ao tema, ao texto, ao contexto. E mais, um leitor do qual aquele que escreve espera uma resposta. Cartas frequentemente estão carregadas de perguntas (mesmo que estas estejam presumidas), de questões e, mesmo que não diretamente, demandam respostas e posicionamentos por parte do destinatário. Além disso, e talvez por isso, a carta é um gênero discursivo que nunca está acabado, ela está inserida em uma linha discursiva, onde o que está enunciado denuncia um contexto, um texto que veio antes, a expectativa de um outro texto que virá.

Tanto a primeira carta que apresentamos neste artigo, que Isaac Forman escreveu para William Still, como as duas outras que vamos discutir aqui – de Juana de La Patria e Esperança Garcia - nos dizem da relação de pessoas escravizadas umas com as outras, de sua interlocução com uma sociedade escravista, da tragédia do projeto escravista para a humanidade – no que diz respeito às subjetividades, às relações interpessoais e da sociedade como um todo - e nos dizem ainda, dos modos como uma pessoa destituída de sua humanidade pelo projeto colonial/escravista assume o lugar daquele que enuncia, evidenciando assim o seu lugar de sujeito e convertendo-se em humano pela linguagem, pela enunciação, em que pesem aqui por óbvio, as histórias de dor e de sofrimento.

São três cartas escritas, entre a segunda metade do século XVIII e a primeira metade do século XIX, por sujeitos afrodiáspóricos escravizados nas Américas; e temos o privilégio de poder olhar para as três, tendo a perspectiva exotópica em relação a elas. Perspectiva essa privilegiada em relação ao seu espaço e ao seu tempo. É como se pudéssemos compreender, exotopicamente, a relação dessas duas

mulheres e deste homem com a sociedade em que viviam, tendo condições de olhar para o processo histórico que forjou a sua condição, bem como saber do papel dos seus interlocutores no jogo social vigente e ainda os desdobramentos do ato da escrita da carta. Eles vivem o inacabamento da sua história. Nós temos condição de dar esse “acabamento”, porque temos conhecimento de elementos exteriores à consciência dos sujeitos no momento em que escreveram essas cartas. Temos o “excedente de visão” sobre a sua existência (Bakhtin, 2003).

Nós não poderíamos dizer melhor do que o fez Amorim (2012),

Os acontecimentos maiores que definem minha existência, meu nascimento e minha morte, não me pertencem. Porque, para que ganhem sentido de acontecimento, precisam ser situados em relação a um antes e a um depois. Eu não posso estar antes do meu nascimento e depois da minha morte. O que faz Bakhtin dizer que ‘ninguém é herói da própria vida (AMORIM, 2012, p.96 e 97).

As pessoas que escreveram essas cartas não tinham condições de avaliar, em seu tempo, o valor que seus escritos teriam em uma sociedade, colonial e escravista, e para além de seu tempo, mas nós – para quem a História contou sobre o mundo da escravidão antes mesmo do nascimento desses sujeitos e depois da sua morte – podemos olhar para seus escritos como reveladores, no sentido de desconstruir estereótipos em relação aos seus saberes, às suas práticas e às suas formas de luta e aos seus sentimentos, aos seus discursos de emancipação e de denúncia.

Voltar a essas cartas, relê-las, promover a circulação das mesmas e nos colocarmos em diálogo com elas, além de consistir na reafirmação da humanidade das pessoas que as escreveram, nos ajuda a construir um olhar mais sensível tanto às complexidades a que estão sujeitos estes personagens nestes contextos, quanto às disputas de sentido presentes ali. Um olhar menos ingênuo e, sobretudo responsivo.

Nosso objetivo com este artigo é discutir três cartas de pessoas escravizadas, uma de um homem escravizado nos Estados Unidos e duas de mulheres escravizadas na América do Sul, a saber, no Uruguai, na Argentina e no Brasil, tendo

como questões que mobilizam nosso texto, qual o caráter responsivo de seu discurso e sobre quem se responsabilizam essas três pessoas quando escrevem as cartas.

Bakhtin (2003) nos orienta para o caráter responsável e responsivo da linguagem, defendendo que todo discurso assume uma responsividade e em função disso uma responsabilidade. A palavra responsabilidade carrega em sua origem mesmo uma relação indissociável com o termo “responder”, já que vem do latim “responsabile”, calcado em “responsum”, de respondere (NASCENTES, 1955). Seguimos então pistas que nos orientam no sentido de pensar que essas missivas se inserem em uma linha discursiva no “grande tempo” (BAKHTIN, 2003). São ato ético e ação responsiva, e constituem em ato de humanização de pessoas para as quais o projeto colonial era o da desumanização, silenciamento e morte.

Isaac Forman.

Não se sabe ao certo o que aconteceu com Isaac Forman, um negro escravizado do estado da Virgínia, nos Estados Unidos, que aos 23 anos fugiu para o Canadá, abandonando sua proprietária. O que se tem notícia é que ele, no dia 07 de maio de 1854, escreveu uma carta para o William Still, “conhecido ‘condutor’ da Underground Railroad”, uma rede secreta de rotas e esconderijos utilizada pelos afro-estadunidenses escravizados para a fuga para nações livres do regime escravista. (USHER, 2020).

Ler esta carta é tomar contato com a grande dor que Isaac viveu após fugir dos Estados Unidos para ser um homem livre: ter sido obrigado a deixar sua esposa sob o poder de outra proprietária.

Sr. W. Still:

Caro senhor;

Aproveito esta oportunidade para escrever estas poucas linhas e espero que elas o encontrem bem. Gostaria de ter escrito antes, mas estava aguardando notícias de meu amigo, o senhor Brown. Acredito que um trabalho importante seja a razão dele não ter me escrito antes. Caro senhor, nada teria me impedido de escrever nesta atual situação, exceto a morte.

Minha alma está perturbada, minhas preocupações são indescritíveis. Com frequência me sinto como se quisesse morrer. Preciso encontrar minha mulher em breve, senão eu vou morrer. O que faria para isso, nenhum idioma é capaz de expressar. Apenas para contemplar seus lábios doces por um instante, estaria disposto a morrer em seguida. Estou decidido a encontra-la em algum momento. É deplorável sequer imaginar voltar a ser escravizado. Espero que o céu sorria para mim mais uma vez antes que eu volte a ser um novamente. Em breve deixarei de novo o Canadá, mas não digo onde vou, talvez ao fundo do oceano. Se, quando fui embora, eu soubesse o que sei hoje, não teria partido antes de encontrar meios de trazê-la comigo. O senhor nunca sofreu por estar sem a esposa, como eu sofro. Isso me parece quase superior à morte, e espero que você faça tudo o que puder por mim, e descubra entre seus amigos se eles não podem fazer algo para me ajudar. Por favor, me escreva assim que receber esta mensagem e diga algo que possa reavivar meu ânimo debilitado. Faça-me o favor de falar com o sr. Brown e pergunte se ele iria até Richmond ver minha esposa e descobrir quais arranjos pode fazer com ela. Estou disposto a pagar por todas as despesas da viagem de ida e volta. Por favor, fale com o sr. Bagnel e com o sr. Minkins e pergunte se eles têm visto minha esposa. Estou decidido a encontrá-la ainda que morra em seguida. Posso dizer que já fui feliz, mas eu nunca mais serei de novo até vê-la; pois o que é a liberdade para mim se sei que minha esposa é escravizada? As pessoas que o senhor embarcou há algumas semanas permaneceram em St. Catherine, em vez de vir para Toronto. Enviei-lhes duas cartas na semana passada e espero que o senhor possa lhes dar atenção. O correio está fechado, então segue junto a esta carta o dinheiro para pagar o envio, e, por favor, me escreva o mais rápido possível.

Continuo sendo o seu mais obediente servo,

I. Forman

A carta escrita acima (USHER, 2020, p. 31-33), nos evoca muitas indagações. Algumas delas mencionaremos aqui. Quem foi Will Still? Por que a esposa de Isaac Forman foi escravizada por outra proprietária? Como ele conseguiu sua liberdade? Mas, nenhuma destas seria a que mais nos fez parar diante do seu apelo: o sofrimento de estar longe de quem se ama. Este sentimento, parece, em trechos da carta, superar o fato de ter sido escravizado.

Seu destinatário, o sr. William Still (1821-1902), ficou conhecido como “o Pai da Ferrovia Subterrânea”, mas, durante os períodos anteriores, durante e pós Guerra Civil dos Estados Unidos ajudou cerca de mil pessoas escravizadas em busca de liberdade. Ele trabalhou na Pennsylvania Anti-Slavery Society – PASS, e manteve registros escritos de pessoas que passaram por ali. Assim, conseguiu escrever o livro

Underground Railroad sobre estas experiências. Desta maneira, embora I. Forman não mencione sua preocupação com o coletivo e sim com a sua esposa amada, ele estava inserido nesse contexto e ao final da carta dá uma informação, talvez, preciosa para o trabalho da Underground Railroad. A seguir, um mapa sobre as rotas de fugas desta organização.

Figura 1 – Mapa de algumas rotas do Underground Railroad, no Século XIX.



Fonte: Mapa de algumas rotas do Underground Railroad. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Underground_Railroad#/media/Ficheiro:Undergroundrailroad_small2.jpg. Acesso em: 06 set. 2022.

Estas rotas formam uma cartografia da busca pela liberdade aliada ao sentido do sentimento de amor como acabamento de si em busca do outro; por estas, talvez, tenham circulado muitas cartas, acontecido muitos encontros e desencontros. Imaginem que o próprio William Still começou o referido trabalho quando foi procurado por um homem chamado Peter Freedman, que estava em busca de encontrar com a sua mãe. E quando Freedman encontra a senhora Caridade Still,

descobrem que ele e William são irmãos. A partir de então Still se dedica ao Underground Railroad.³

Mas, voltemos ao sr. Forman. Por que a esposa de Isaac Forman teria sido escravizada por outra proprietária? Como ele conseguiu sua liberdade? Não sabemos. O que sabemos é que há na escrita desta carta pistas da relação de Forman com as pessoas envolvidas e influentes nas rotas e rede de apoio das fugas. Desta feita, ele mesmo se beneficiou, mas, não conseguiu fazer com que a esposa-amada tivesse o mesmo destino. Isto lhe provoca um sentimento de não responsabilidade e uma tensão que não o deixa viver em paz, mesmo liberto. É como se carregasse uma “culpa”. E é importante lembrar que essa palavra tem origem latina e que significa delito, ou “estado de quem comete uma falta” (FARIA, 1962, 01). Assim é que nos parece: a carta de Forman apresenta um homem culpado por ter cometido o delito de seguir rumo à liberdade sem ter garantido essa condição para a esposa amada.

Juana de La Pátria.

No ano de 2019, em uma temporada de quatro meses em Montevideo, no Uruguai, o foco de nossa atenção era o candombe⁴, seus aspectos de sociabilidade, processos educativos e circuitos comunicativos (GILROY, 2003). Entretanto, foi também neste período que pudemos pela segunda vez tomar contato com uma história que já havia nos mobilizado dois anos antes, quando estivemos na mesma cidade para um evento acadêmico: a história de “Juana de la Pátria, Negra Africana”.

³ Mais sobre a história desse personagem estadunidense, ver em “O significado nacional de William Still – William Still: um abolicionista afro-americano”. Disponível em: <http://stillfamily.library.temple.edu/exhibits/show/william-still/historical-perspective/william-still---s-national-sig>. Acesso em: 07 set. 2022.

⁴ O candombe é prática cultural afro-uruguaia que consiste em música tocada por nipes de tambores e dança. Em Montevideo, os grupos de candombe com suas fantasias, performances e bandeiras se apresentam para a população nas ruas em datas comemorativas e em ensaios anuais, cuja culminância acontece no mês do Carnaval.

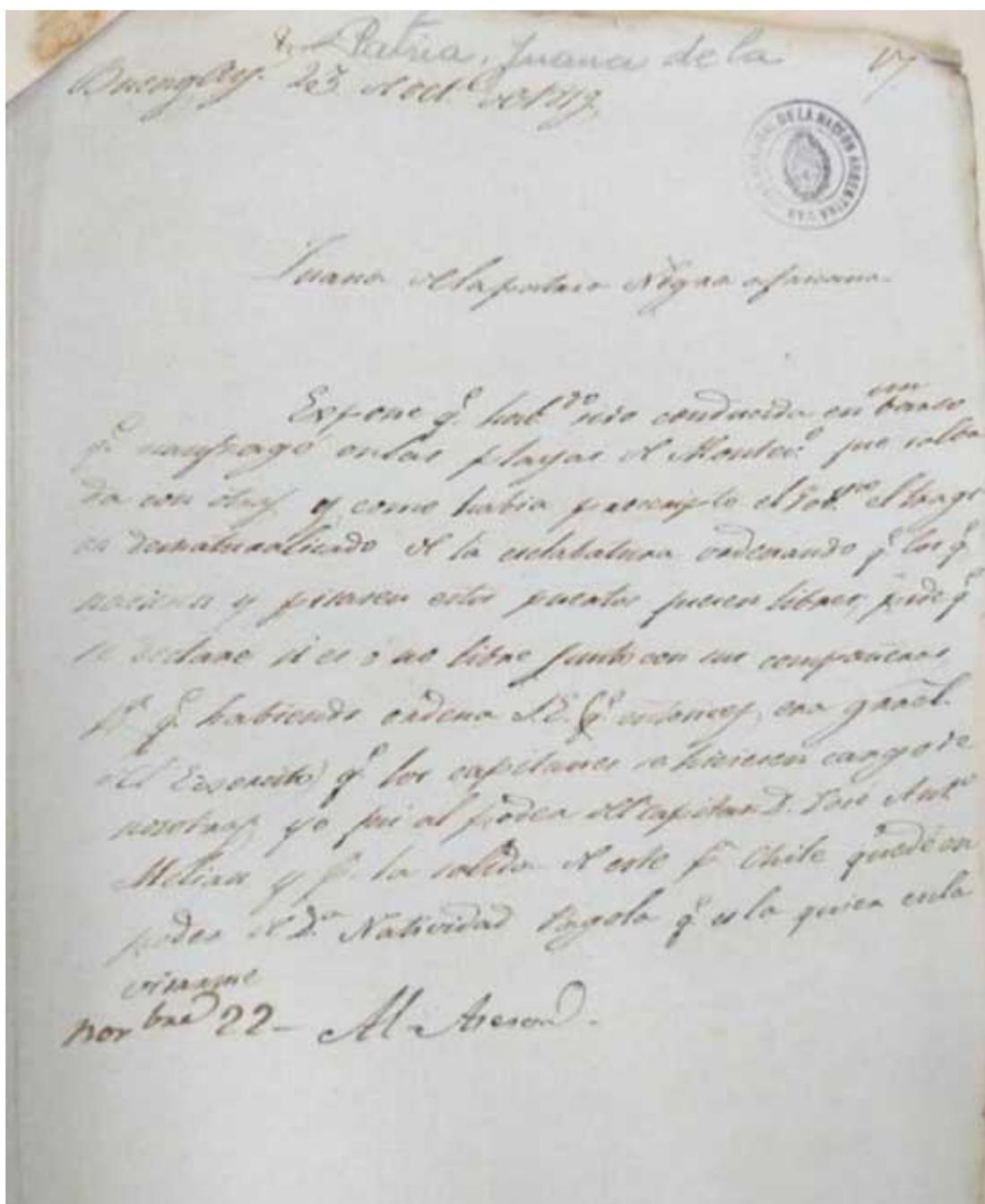
Juana era uma mulher africana cujo navio em que viajava naufragou no litoral de Montevideo, em 1812. Ela teria nadado com seus companheiros de infortúnio até o continente, onde teria sido capturada e escravizada mesmo sendo uma mulher livre até o momento do naufrágio.

Em 23 de outubro de 1819, em Buenos Aires (Argentina), Juana escreve uma carta, que protocola como uma petição pública, narrando sua situação, informando ao governo revolucionário da época que era livre, e solicita a sua liberdade e a de seus companheiros. Na carta, Juana contou que havia sido conduzida como escrava após ser resgatada do naufrágio. Naquele então, Montevideo estava sob a tutela de Portugal e assim se permitia o tráfico de escravos. Ao contrário, em Buenos Aires o tráfico de escravos estava proibido. Segundo Juana, o capitão do exército solicitou aos comandantes que a tomassem a seus cuidados junto com seus companheiros.

Então, como Juana sabia da proibição do tráfico de escravos em Buenos Aires, desde 1812, e que os que nascessem e pisassem naqueles portos estariam livres, pede que o governo se posicione sobre se ela e seus companheiros. Eles seriam ou não livres? Narra o fato de ter estado em poder do capitão Don José Antonio Melian, e informa que quando aquele partiu para o Chile, foi escravizada pela Senhora Natividad Pagola.

Não há registros do destino de Juana e de seus companheiros depois disso. Tampouco há notícias sobre a decisão do governo revolucionário sobre sua liberdade. Mas seguimos algumas pistas de qual seria o contexto da carta escrita por ela e tentamos estabelecer um diálogo com o que está enunciado no texto da carta e que de alguma maneira segue ecoando em modos de resistências e existências em narrativas afrodiaspóricas na América Latina.

Figura 2 – Carta de Juana de La Pátria, negra africana, 23 de outubro de 1819.



Fonte: Arquivo Nacional de Buenos Aires, Província de Buenos Aires, Argentina. Fotografia
Mailsa Carla Pinto Passos

Segue o texto da carta:

23 de octubre, 1819

Juana de la Patria Negra Africana

Expone que habiendo sido conducida em em barco que naufragó em las playas de Montevideo, fue salvada em otras y como había prescrito el gobierno el tráfico desnaturalizado em la esclavatura ordenando que los que nacieran y pisasen estos puertos fuesen libres pide que se declare si es o no libre junto em sus compañeros, la que habiendo ordena J.E. (que entonces era general del Ejército) que los capitanes se hicieran cargo de nosotros.

Yo fui al poder del capitan Don José Antonio Melian que a la salida de este para Chile quedé em poder de Señora Natividad Pagola que es quien me esclaviza.

Sabemos que o sobrenome “de la Pátria” foi atribuído naquela região a pessoas escravizadas que ou se alistavam para a guerra para comprar sua liberdade, ou de outra maneira tinham sua liberdade “negociada” entre seus donos e o governo.

Sobre a atuação de pessoas escravizadas na Argentina nas guerras no século XVIII e XIX conta-nos Goldberg que

El Ejército era la única institución a la que podían ingresar por ser necesarios para la defensa de una zona de frontera con escasa población, y les permitía cambiar sus raídas ropas de esclavos por los uniformes coloridos y vistosos de los batallones, ser reconocidos por actos de valentía y lavar a sangre y fuego en los campos de batalla esa ‘mancha de la esclavitud’, estigma y prejuicio (GOLDBERG, 2010, p. 41).

A carta em questão nos sugere hipóteses. Imaginamos que Juana teria - provavelmente junto com seus companheiros - se alistado. Ou talvez teriam sido negociados pelos donos para servir na guerra e que possivelmente isso teria motivado Juana a escrever solicitando o esclarecimento de sua real condição. Ou por outro lado, talvez Juana pudesse estar se aproveitando taticamente de uma brecha nos mecanismos de controle escravistas para conseguir sua liberdade.

Imaginamos isso também porque Frega, 2010, nos conta que

La documentación muestra cómo ante las fisuras de los mecanismos de control o ante las limitadas medidas abolicionistas hubo quienes procuraron caminos propios de libertad. En esa situación se hallan las mujeres que se ampararon en los decretos que, fomentando la fuga de esclavos del enemigo, les prometían la libertad si se incorporaban al ejército. Desde su lectura, los decretos eran aplicados a ellas sin ninguna contrapartida por ser mujeres. (FREGA, 2010, p. 172 e 173).

Chama-nos a atenção nestes acontecimentos, relativos a este contexto, a ambiguidade manifestada pelo evidente tensionamento, que poderia vir a gerar uma certa confusão de normas e procedimentos: um choque entre o direito individual à liberdade – que carregava um viés abolicionista – o direito individual de propriedade, que se coadunava com os interesses dos “donos” dos escravizados, e o direito do Estado de tomar para si a posse do escravizado na urgência de recrutar exércitos para a defesa da pátria e garantir como pagamento aos africanos e afrodescendentes – caso sobrevivessem às batalhas – sua liberdade, como lembra ainda Frega (2010).

Além disso, no que diz respeito à petição de Juana, chama-nos à atenção que ela não pedisse somente por si, mas também por seus companheiros de cativeiro. Ela queria saber do seu destino, mas também do destino daqueles que estavam com ela. Juana enuncia por si e por um coletivo. E há uma outra carta, esta escrita por uma mulher escravizada no Brasil, na qual observamos o mesmo sentimento de responsabilidade com o coletivo.

Esperança Garcia

Esperança é um substantivo do verbo esperar, ambos com origem na palavra latina “esperare”, que é sinônimo de “aguardar” (NASCENTES, 1955), e Esperança é também nome próprio, e nem todas as mulheres que carregaram esse nome simplesmente “aguardaram”. Algumas mesclaram à esperança, a luta, manifestando descontentamento com sua condição, enunciando o seu desejo e solicitando direitos, apropriando-se de tecnologias e saberes no sentido de humanizar-se, rebelando-se contra aquilo que o regime escravista atribuiu como seu lugar, não ou não cumprindo a lei vigente ao não considerar os limites do “*estar* escravo”.

É o caso de Esperança Garcia. Uma mulher escravizada no século XVIII que denunciou os maus tratos do administrador de uma Fazenda Nacional ou Real (recém-empossado pela Coroa) para o governador Lourenço Botelho de Castro da Capitania da Inspeção de Nossa Senhora de Nazaré – dentro de um contexto de modificações e decadência das fazendas coloniais (SOUSA *et al*, 2017, p. 16-17) no Piauí-Brasil. Além disso, sua carta foi prerrogativa para outra anônima (MOTT, 1985, p. 106-107) que denuncia a corrupção no mesmo contexto, pois narra que o administrador fazia os escravizados trabalharem além do combinado, em serviços clandestinos destinados à negócios próprios e não da Coroa.

Por tudo isso dito aqui, gostaríamos de pontuar que “esperança” para nós traz o verbo “esperançar”, que Paulo Freire (1992, p. 56) nos acentuou: “A espera só é esperançosa quando se dá na unidade entre a ação transformadora do mundo e a reflexão crítica sobre ela exercida”. Esta esperança tem a ver com amor também. Pois: “O seu amor à vida tem que ver com o esforço de reconstrução revolucionária de sua sociedade”.

Esperança Garcia não esperou, escreveu uma carta no dia 06 de setembro de 1770 e foi considerada a primeira petição piauiense para o poder governamental da época, nela há denúncias e pedidos. No dia 06 de setembro de 2017, encontramos o livro do historiador Luiz Mott (1985) na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Mott descobriu a carta redigida por Garcia a partir de seus estudos sobre o Piauí Colonial. No dia 06 de setembro de 2022 escrevemos este tópico deste nosso texto – dia estadual da Consciência Negra Piauiense.

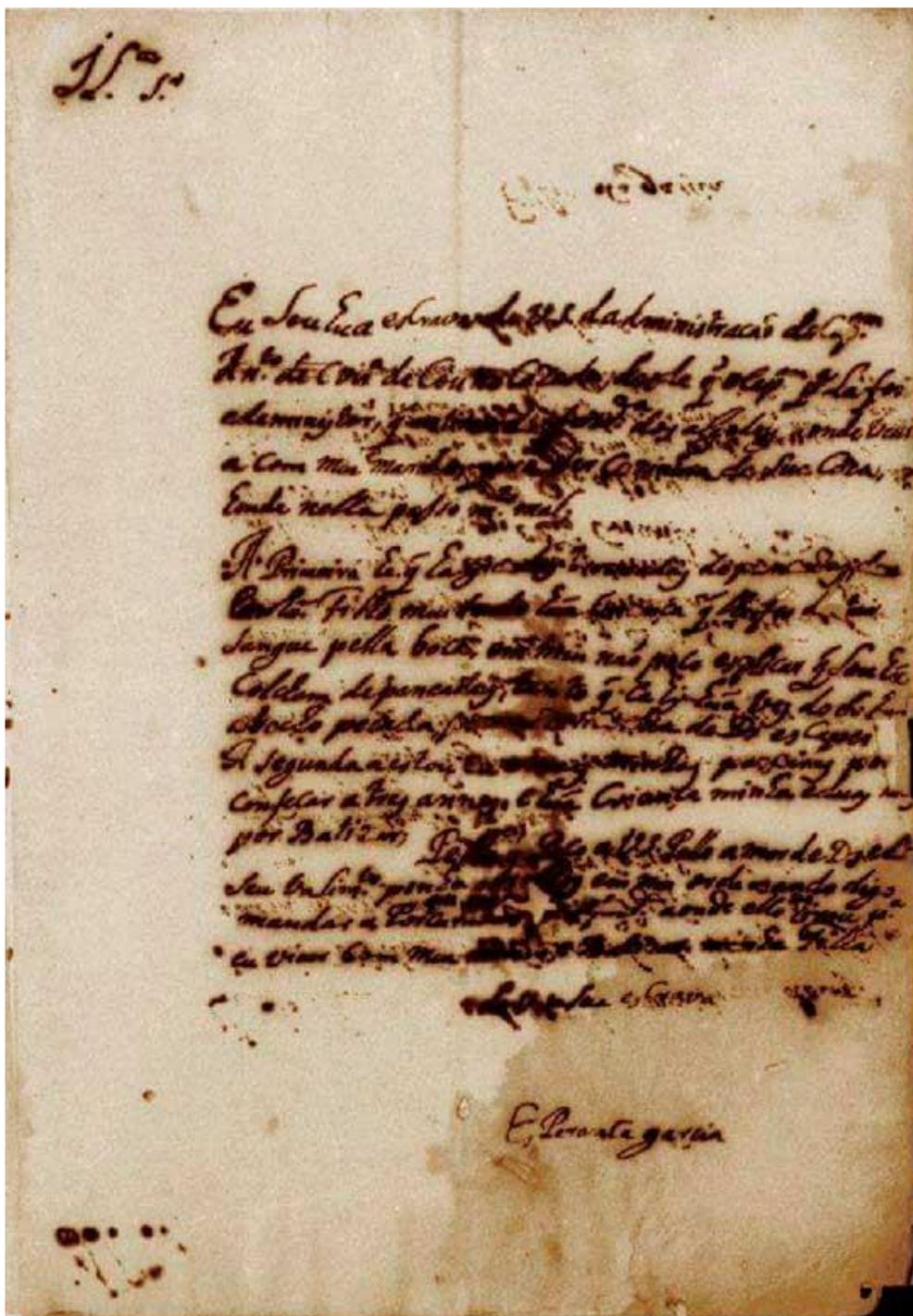
Garcia foi uma mulher escravizada que aprendeu a ler e escrever na Fazenda Algodões por causa, provavelmente, da catequese dos jesuítas, antes donos destas terras (expulsos dois meses depois que Esperança foi levada para a Fazenda Poções na Inspeção Nazaré).

Quando estes foram expulsos do Brasil, ela já estava escravizada pelo administrador da Coroa, Antonio Vieira do Couto. Assim, foi separada do marido e

de seus filhos mais velhos, ficando somente com os mais novos (um de 7 meses e outro de 3 anos).

No tempo de Garcia, havia um outro administrador que era como um interventor e apaziguava as relações entre escravizados e administradores das fazendas da Nação, José Esteves Falcão. Este, bem como, as/os companheiras/os de cativeiro de Garcia, que também reclamavam maus-tratos, foram seus interlocutores diretos e foi neste contexto que ela escreveu a carta (SOUSA et al, 2017).

Figura 3 – Carta de Esperança Garcia, 06 de setembro de 1770.



Fonte: Fotografia de Paulo Gutemberg. Disponível em: <https://esperancagarcia.org/>. Acesso em: 06 ago. 2022.

Segue a carta atualizada pelo doutor Elio Ferreira de Souza (s/d, p. 02);
depois, atualizada pela doutora Maria Sueli Rodrigues de Sousa (2017):

Eu Sou hua escrava de V.S. dadministração do Cap^a m Ant^o Vieira de Couto, cazada. Desde que o Cap^amp^a Lá foi adeministrar, q. me tirou da fazd^a dos algodois, aonde vevia com meu marido, para ser cozinheira da sua caza, onde nella passomt^o mal. A Primeira hé q. ha grandes trovadas de pancadas enhum Filho meu sendo huã criança q. lhe fezestrais sangue pella boca, em mim não poço esplicar q Sou hucolcham de pancadas, tanto qcahyhuã vez do Sobrado abachopeiada; por mezericordia de DsesCapei. A segunda estou eu e mais minhas parceiras por confeçar a tresannos. E huã criança minha e duas mais por Batizar. Pelloq Peço a V.S. pello amor de Ds. e do Seu

Valim T^o ponha aos olhos em mim ordinando digo mandar a Porcurador que mande p. a Fazd^a aonde elle me tirou p^a eu viver com meu marido e Batizar minha Filha

de V.Sa. sua escrava

EsPeranCa Garcia

A partir do que Mott (1985) registrou, Maria Sueli R. Sousa também transcreveu a carta de maneira atualizada no “Dossiê Esperança Garcia: símbolo de resistência na luta pelo direito”.

Eu sou uma escrava de Vossa Senhoria da administração do Capitão Antônio Vieira do Couto, casada. Desde que o capitão lá foi administrar que me tirou da fazenda algodões, onde vivia com o meu marido, para ser cozinheira da sua casa, ainda nela passo muito mal. A primeira é que há grandes trovoadas de pancadas em um filho meu sendo uma criança que lhe fez extrair sangue pela boca, em mim não posso explicar que sou um colchão de pancadas, tanto que cai uma vez do sobrado abaixo peiada; por misericórdia de Deus escapei. A segunda estou eu e mais minhas parceiras por confessar há três anos. E uma criança minha e duas mais por batizar. Peço a Vossa Senhoria pelo amor de Deus ponha aos olhos em mim ordinando digo mandar ao procurador que mande para a fazenda aonde me tirou para eu viver com meu marido e batizar minha filha (MOTT, 2010). (SOUSA et al, 2017, p. 07).

Se nos detivermos nas relações extralinguísticas da carta de Garcia com seu contexto é possível percebermos que a história do Piauí que foi escrita sem estes registros, anteriores ao século XX, agora passa por uma revisão significativa. Sobretudo, porque não era dado a importância devida à vida e à atuação de povos escravizados vindos de África, ressaltando mais a colaboração indígena nativa que fora quase dizimada. A outra hipótese era que a escravidão piauiense tinha sido pacata. Em contrapartida, a carta mostra que há uma outra história.

É um discurso inesperado e que, ao mesmo tempo, desnuda o fato de uma pessoa escravizada saber ler e escrever de maneira extremamente tática, usando dos próprios meios colonialistas, da tecnologia do colonizador (carta, relato denúncia, petição, rede de conhecimentos).

A narradora se apropria do antigo modelo de petição da segunda metade do século XVIII, para assentar nesse território simbólico da escrita as vozes da narrativa autobiográfica ou da crônica pessoal e comunitária do sujeito negro num espaço inóspito, a escravidão. Essas vozes falam da dor humana, da luta e do desespero de uma mulher escravizada, que fala em nome de si mesma, dos filhos, do marido e dos parceiros do cativo, assumindo o lugar de porta-voz do seu grupo. O relato escrito por Esperança Garcia envolve a uma rede de acusações e denúncias o Administrador das fazendas de gado da Coroa de Portugal no Piauí. A eloquência e a dramaticidade da epístola comprometem estrategicamente a reputação do capitão Antônio Vieira do Couto perante o Governador da Província. (SOUZA, s/d, p. 01 e 02).

Esperança Garcia conhecia o direito fundado na desigualdade (Ordenações Filipinas, no qual o Estado Português era filiado) em que o monarca exerce sua soberania em contrapartida aos seus súditos. Ela sabia que um escravizado também era um súdito sem liberdade, mas ainda assim um súdito. Portanto, os “súditos do rei peticionavam ao monarca quando consideravam que havia violação das regras. E assim Esperança Garcia peticionou ao rei” (SOUZA, 2018, p. 68).

E, peticiona com a responsabilidade de quem sabe não ter outra saída, inclusive sobre o próprio coletivo. Sua voz ecoa ainda hoje, nos movimentos sociais afrodescendentes do Piauí, quando exigimos o cumprimento do direito fundado na igualdade (Constituição Federativa do Brasil de 1888).

O amor sobre o qual bell hooks e Sobonfu Somé nos escrevem se imbrica com a responsabilidade da mulher Esperança, e o esperar nos traz um desafio de responder: Hoje, dia 07 de setembro de 2022, após a abolição da escravidão em 1888, o que de fato estamos fazendo para enfrentar essa herança colonial após 200 da Independência desse país? A pergunta se faz mais precisa quando vemos discurso de amor à pátria e ao seu povo nas vésperas de uma grande eleição.

Sobre amor e responsabilidade.

Reconhecemos as três cartas apresentadas aqui como textos que manifestam uma responsabilidade amorosa sobre “um outro”. Forman manifesta sua dor por ter conseguido a liberdade e saber que sua mulher ainda está escravizada. Ali, além de responsabilidade, é notável uma espécie de culpa.

Lembremo-nos mais uma vez de Bakhtin (2003). A responsabilidade se distingue da culpa. Não são da mesma ordem.

Consideramos os riscos em trazer o termo culpa para a discussão, pelo caráter religioso implicado em seu sentido, mas gostaríamos de pensar aqui, mais uma vez, a palavra em sua etimologia. Enquanto a palavra responsabilidade está relacionada ao “responder”, a palavra “culpa” carrega em sua origem latina a ideia de delito, de erro, de falta.

Essa ideia de arrependimento e de ter cometido um erro, aparece na carta de Forman, mas não nas de Juana e Esperança. Nas duas últimas o que percebemos de maneira contundente é a responsabilidade para com um outro, para com as companheiras e companheiros. Juana, quando fala de si, solicita que se diga tanto ela quanto seus companheiros são livres ou não. Quando narra o que lhe aconteceu narra o que aconteceu a todos. Apesar de haver um indivíduo que faz a solicitação, há um coletivo implicado na mesma. Pessoas com um destino comum a quem ela responde com a sua responsabilidade.

Na carta de Esperança aparece o mesmo. Não há culpa. O delito não pertence a ela, mas a seu senhor. O que se nota é a preocupação - que dá pistas de sua responsabilidade com o coletivo – com a comunhão de suas companheiras. Ela pede por si, mas inclui o coletivo em sua solicitação.

hooks nos ensina sobre o amor menos como afeição e mais como uma ética amorosa. Diz hooks (2020, p. 46) que “a palavra ‘amor’ é um substantivo, mas a maioria dos mais perspicazes teóricos dedicados ao tema reconhece que todos amaríamos melhor se pensássemos o amor como uma ação”, para além da romantização da ideia de amor, para além da ideia de um sentimento de dedicação e entrega a uma pessoa, o amor seria “o que o amor faz” com as pessoas. Assim, este amor-ética, amor-ação contradiz o que aprendemos em uma sociedade ocidentalizada com base conceitual-prática no amor como um mito dentro do projeto colonial.

O mito do amor romântico é estruturante da subjetividade da identidade da modernidade com a funcionalidade inerente ao modelo e que muito colabora para manter as inferiorizações e ampliar o sentimento de infelicidade, considerando que o ser buscado é inexistente e que se você não alcança este ser é por incompetência sua, que [não] soube conquistar e manter para si, o que aparentemente não guarda nenhuma relação com as outras dimensões da vida, mas sabemos que mantém relação com as várias dinâmicas das relações sociais. E cumpre a sua função de tornar as pessoas inseguras, dependentes, mantendo sua autoestima baixa conforme as regras de comando e obediência e se tornando a busca contínua e permanente na vida das pessoas. (SOUSA, 2020, p. 15-16).

Este amor, desconsidera grupos, coletivos ou espíritos ancestrais, bem como, uma corresponsabilidade para consigo no trato das liberdades de si e da pessoa amada. Busca satisfazer uma necessidade de acabamento centrada no poder de uma pedagogia da sedução centrada em estratégias de dominação. A busca por este amor nos torna inseguros, posto que devemos provar o tempo todo que temos este poder e merecemos tê-lo. Difere dos amores em Forman, Juana e Garcia, visto que nos chama a atenção a responsabilidade com a liberdade, o esperar e a possibilidade de existência de si e da pessoa amada dentro de processos coletivos em redes e rotas de fugas e ou exigências mínimas para sobreviver.

Neste sentido essas cartas estão carregadas de amor. São documentos de amor a si e ao outro, poderíamos dizer até à sua comunidade de destino comum. Se culturas de dominação investem no medo e em diferentes formas de subjugar e negar a humanidade para garantir a servidão, amar é uma forma de transgredir, como identificamos nos textos implicados com o coletivo, ousando também falar de si, inclusive apropriando-se da tecnologia do colonizador, que é a escrita, fato que não é desprezível quando se trata de pessoas vítimas de investimento pesado em sua desumanização e epistemicídio. Mas não falam de si como se estivessem isolados. São pessoas que assumem o compromisso com essa ética amorosa. E “uma ética amorosa pressupõe que todos têm o direito de ser livres, de viver bem e plenamente.” (hooks, 2020).

Acreditamos que, “abrindo essas cartas”, como um dia cantou Gonzaguinha, estamos colocando-nos em diálogo com elas e a serviço de compreender uma “Pequena [grande] memória para um tempo sem memória”.

Cantou o poeta:

Memória de um tempo onde lutar

Por seu direito

É um defeito que mata

São tantas lutas inglórias

São histórias que a história

Qualquer dia contará

De obscuros personagens

As passagens, as coragens

São sementes espalhadas nesse chão

De Juvenais e de Raimundos

Tantos Júlios de Santana

Dessa crença num enorme coração

Dos humilhados e ofendidos

Explorados e oprimidos

Que tentaram encontrar a solução

São cruzeiros sem nomes

Sem corpos

Sem datas

Memória de um tempo onde lutar por seu direito

É um defeito que mata

[...]

São vidas que alimentam nosso fogo da esperança

O grito da batalha

Quem espera, nunca alcança

Ê ê, quando o Sol nascer

É que eu quero ver quem se lembrará

Ê ê, quando amanhecer

É que eu quero ver quem recordará

Ê eu, não posso esquecer

Essa legião que se entregou por um novo dia
Ê eu quero é cantar essa mão tão calejada
Que nos deu tanta alegria
E vamos à luta.
(Gonzaguinha, 1981).

Nossa intenção com este artigo foi contribuir para desconstruir estereótipos sobre pessoas escravizadas nas Américas trazendo sua própria voz, subjetividades e memórias, e tudo isso dialogando com o que elas amorosamente nos escreveram um dia, como uma garrafa jogada ao mar e encontrada em um outro tempo e em um outro lado do mundo. De “obscuros personagens” nós as queremos protagonistas, reconhecendo-as como pessoas que foram colocadas no lugar de “humilhados e ofendidos, explorados e oprimidos”, mas que tentaram “encontrar a solução” através da luta e da enunciação, da sua voz e de sua escrita.

Seguimos acreditando que há uma história dos escravizados nas Américas que precisa ser contada “por elas e por eles” em detrimento daquela que foi contada “sobre elas e sobre eles”, e seguimos pensando como cartas são um material rico para se conhecer esses sujeitos e suas histórias, por elas e por eles mesmos.

Referências:

AMORIM, Marília. Cronotopo e exotopia. In: BRAIT, Beth. (Org.). **Bakhtin – outros conceitos-chave**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

BAHIA. Governo do Estado. Secretaria de Cultura. IPAC **Festa da Boa Morte**. Salvador: Fundação Pedro Calmon/IPAC, 2011.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2003. (4ª Edição).

BARROS, José D’Assunção. A Construção Social da Cor – Desigualdade e Diferença na construção e desconstrução do Escravismo Colonial. In: XIII Encontro de História ANPUH Rio – Identidades. **Anais do XIII Encontro de História ANPUH Rio – Identidades**. 04 a 07 de agosto de 2008. p. 1-9. Disponível em:
http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1215309488_ARQUIVO_AConstrucaoSocialdaCor.revisto.pdf. Acesso em: 06 ago. 2022.

hooks, bel. **Tudo sobre o amor** – novas perspectivas. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

FARIA, Ernesto. **Dicionário Latino-Português**. 1962. Disponível em:
<https://www.dicionariolatino.com/>. Acesso em: 06 set. 2022.

FREGA, Ana. La patria me hizo libre. In: MALLO, Sílvia C. & TELESCA, Ignacio. (Orgs.). **Negros de La Patria** – Los afrodescendientes en las luchas por la independencia em el antigo Virreinato del Río de la Plata. Buenos Aires: Editorial SB, 2010.

GOLDBERG, Marta Beatriz Aforsoldados de Buenos Aires en armas para defender sus amos. In: MALLO, Sílvia C. & TELESCA, Ignacio. (Orgs.). **Negros de La Patria** – Los afrodescendientes en las luchas por la independencia em el antigo Virreinato del Río de la Plata. Buenos Aires: Editorial SB, 2010.

GONZAGUINHA, Luiz Gonzaga do Nascimento Junior. Pequena memória para um tempo sem memória (Legião dos esquecidos.). IN: **Gonzagão e Gonzaguinha – A vida do viajante**, RCA Victor, 1981.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF** – Dossiê: Literatura, língua e identidade, no 34, p. 287-324, 2008. Disponível em:
http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistemica_mignolo.pdf. Acesso em: 07 set. 2022.

MOTT, Luiz R. B. **Piauí Colonial**: população, economia e sociedade. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985.

NASCENTES, Antenor. **Dicionário etmológico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, Livraria São José, Livraria Francisco Alves, Livros de Portugal, 1955.

PAIXÃO, Marcelo; GOMES, Flavio. Histórias das diferenças e das desigualdades revisitadas: notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flavio. (Orgs.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012.

PROJETO QUERINO: A cor dos Faraós. [S. l.]: Spotify, (59min10seg) 06 ago. 2022. Podcast. Disponível em: <https://projetoquerino.com.br/podcast-item/a-cor-dos-faraos/>. Acesso em: 07 set. 2022.

REIS, João José. Recôncavo Rebelde: revoltas escravas nos engenhos baianos. **Afroásia**. Nº 15. [S. d.]. Disponível em:
https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/3589/1/afroasia_n15_p100.pdf. Acesso em: 07 set. 2022.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROSA, Sonia. **Quando a escrava Esperança Garcia escreveu uma carta**. Ilustração: Luciana Hees. Rio de Janeiro Pallas, 2012.

SOMÉ, Sobonfu. **O espírito da Intimidade, Ensinamentos Ancestrais Africanos sobre maneiras de se relacionar**. São Paulo: Odysseus, 2007.

SOUSA, Maria Sueli Rodrigues de. A escravizada Esperança Garcia e sua atuação numa comunidade política fundada na desigualdade e a memória da advogada Esperança Garcia numa comunidade política fundada na igualdade. In: Francis Musa Boakari ... [et al.]. **Descolonialidades e Cosmovisões**: pesquisas sobre gênero, educação e afrodescendência. Teresina: EDUFPI, 2018. Disponível em: https://www.ufpi.br/arquivos_download/arquivos/EDUFPI/E-BOOK_2018_18_set_201820180918153950.pdf. acesso em: 07 set. 2022.

SOUSA, Maria Sueli Rodrigues de. Prefácio: Quem precisa de identidade? Eu preciso: As identidades da memória coletiva colonizada reproduzem as subalternidades. In: BOAKARI, Francis Musa; SILVA, Francilene Brito da; BATISTA, Ilanna Brenda Mendes. **Políticas Públicas e Diversidade** [recurso eletrônico]: Quem precisa de Identidade? Teresina: EdUFPI, 2020. Disponível em: https://www.ufpi.br/arquivos_download/arquivos/E_BOOK_10_NOV_2020_E_book_Pol%C3%ADticasP%C3%BAblicaseDiversidade20201111102658.pdf. Acesso em: 07 set. 2022.

SOUSA, Maria Sueli Rodrigues de; et al. (Orgs.). **Dossiê Esperança Garcia**: símbolo de resistência na luta pelo direito. Teresina: EDUFPI, 2017.

USHER, Shaun (org.). **Cartas extraordinárias**: amor. São Paulo: Cia das Letras, 2020.

Revisor de língua e ABNT/APA: *Maria Lucila da Silva Telles*.

Submetido em 30/04/2024

Aprovado em 18/05/2024

Licença *Creative Commons* – Atribuição NãoComercial 4.0 Internacional (CC BY-NC 4.0)